

**CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 169.560 - SP (2019/0350604-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**  
**SUSCITANTE** : **TONON BIOENERGIA S.A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**  
**ADVOGADOS** : **JOEL LUIS THOMAZ BASTOS - SP122443**  
IVO WAISBERG - SP146176  
BRUNO KURZWEIL DE OLIVEIRA - SP248704  
ALEXANDRE FOCESI GALVÃO - SP345922  
LARISSA ESPELHO MAIA - SP431587  
**SUSCITADO** : **JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DE JAÚ - SP**  
**SUSCITADO** : **JUÍZO DA VARA DO TRABALHO DE JARDIM - MS**  
**INTERES.** : **HÉLIO MOREIRA DA SILVA**

**DECISÃO**

Trata-se de conflito de competência, com pedido de tutela de urgência, em que é suscitante TONON BIOENERGIA S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL e suscitados o JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DE JAÚ - SP e o JUÍZO DA VARA DO TRABALHO DE JARDIM - MS.

A suscitante alega que, em 9/12/2015, o Grupo Tonon, do qual faz parte, pleiteou os benefícios da recuperação judicial, nos termos da Lei nº 11.101/2005, cujo processamento foi deferido nos autos do processo nº 1009993-95.2015.8.26.0302 pelo primeiro suscitado, tornando-se desde então tal Juízo o único competente para dirimir questões que afetem o patrimônio da recuperanda.

Informa que, a despeito do processamento do pedido de recuperação judicial, o JUÍZO DA VARA DO TRABALHO DE JARDIM - MS, nos autos da Reclamação Trabalhista nº 0024106-42.2016.5.24.0076

*"(...) se equivoca em competência que não possui ao determinar o prosseguimento da execução trabalhista e o bloqueio de valores das contas da Suscitante em favor do credor" (fls. 5/6 e-STJ).*

Aduz que, enquanto perdurar o processo de recuperação judicial,

*"(...) precisa ter a garantia de que seus bens não serão constritos ou alienados por juízos diversos daquele no qual tramita o processo de recuperação judicial, de modo que possa fazer frente às despesas operacionais básicas e fundamentais à sua atividade, como também às suas obrigações em relação ao cumprimento do Plano" (fl. 6 e-STJ).*

Defende que, de acordo com a pacífica jurisprudência desta Corte, *"(...) o juízo competente para deliberar acerca do patrimônio das empresas em*

# Superior Tribunal de Justiça

*recuperação judicial é, única e exclusivamente, aquele onde se processa a recuperação judicial, mesmo em reclamações trabalhistas" (fl. 7 e-STJ)*

Nesse contexto e diante do iminente prejuízo ao processo de recuperação da empresa, requer, em caráter de tutela de urgência, que

*"(...) sejam imediatamente suspensos os efeitos da r. decisão proferida pelo MM. Juízo suscitado da Vara do Trabalho de Jardim/SP, nos autos da Reclamação Trabalhista nº 0024106-42.2016.5.24.0076, ajuizada por Hélio Moreira da Silva, e na sequência, que seja liberado os valores bloqueados através do sistema Bacenjud, com sua transferência para as contas da Suscitante ou, subsidiariamente, para conta vinculada ao MM. Juízo da 3ª Vara Cível da Comarca de Jaú/SP*

*27. Requer, ainda, seja designado o MM. Juízo da 3ª Vara Cível da Comarca de Jaú/SP para, em caráter provisório, resolver as medidas urgentes que versem sobre todas as questões do patrimônio da Suscitante" (fl. 13 e-STJ).*

Ao final, pugna pela procedência do conflito, com a declaração de competência do Juízo da recuperação para decidir sobre quaisquer questões que versem sobre o patrimônio da empresa recuperanda.

É o relatório.

## **DECIDO.**

O pedido de tutela de urgência deve ser parcialmente deferido.

De início, indefiro o pedido de devolução ou levantamento de eventuais valores e bens bloqueados ou penhorados. Em se tratando de conflito de competência, não há falar em levantamento da constrição realizada nos autos, mas, sim, se for o caso, de remessa dos bens ao juízo competente, qual seja, o da recuperação, para que este adote as providências cabíveis. Essa é a linha adotada por mim nos EDcl no CC nº 115.254 (DJe 30.9.2011) e também pelo Ministro Luis Felipe Salomão nos EDcl nos CC's nºs 112.300 (DJe 17.5.2011), 109.805 (DJe 10.2.2011) e 112.301 (DJe 2.2.2011).

Assim, indefiro, por ora, também o pedido alternativo de transferência imediata de eventuais valores bloqueados para o Juízo universal, postergando o exame de tal providência para o julgamento final do presente conflito.

No mais, o Superior Tribunal de Justiça já decidiu que, no caso de deferimento da recuperação judicial, a competência da Justiça do Trabalho se limita à apuração do respectivo crédito (processo de conhecimento), sendo-lhe vedada a prática de qualquer ato executório que comprometa o patrimônio da empresa em recuperação.

Nesse sentido:

# Superior Tribunal de Justiça

*"AGRAVO REGIMENTAL NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. CREDOR TRABALHISTA. APROVAÇÃO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. RECURSO NA INSTÂNCIA DE ORIGEM. DECISÃO LIMINAR RECONHECENDO A EXISTÊNCIA DE CONFLITO. FIXAÇÃO PROVISÓRIA DE COMPETÊNCIA.*

*1. Após aprovado e homologado o plano de recuperação judicial, é do juízo de falências e recuperação judicial a competência para o prosseguimento dos atos de execução relacionados a ações expropriatórias movidas contra a empresa devedora.*

*2. O Superior Tribunal de Justiça também já decidiu que, na recuperação judicial, a competência de outros juízos se limita à apuração de respectivos créditos, sendo vedada a prática de qualquer ato que comprometa o patrimônio da empresa em recuperação.*

*3. Agravo regimental não provido."*

(AgRg no CC nº 132.285/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Segunda Seção, julgado em 14/5/2014, DJe 19/5/2014)

Diante do exposto, necessária a suspensão dos atos executórios nos autos da Reclamação Trabalhista nº 0024106-42.2016.5.24.0076, que tramita no JUÍZO DA VARA DO TRABALHO DE JARDIM - MS.

Designo o JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DE JAÚ - SP para resolver, em caráter provisório, as medidas urgentes, até ulterior deliberação no presente conflito.

Oficiem-se ao Juízos suscitados, com urgência, comunicando a liminar e solicitando informações, no prazo de 10 (dez) dias (artigo 197 do RISTJ). Detalhe o Juízo da recuperação o estágio atual do procedimento, informando, ainda, se no plano de recuperação se encontra arrolado o crédito em questão.

Após, abra-se vista ao Ministério Público Federal para parecer (artigo 198 do RISTJ).

Publique-se.

Intime-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA  
Relator